UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO – PRODUÇÃO CULTURAL

PAULA OLIVEIRA SOUZA

MILITÂNCIA NO FACEBOOK: UM ESTUDO DAS PÁGINAS “PELAS MULHERES INDÍGENAS” E “REDE GRUMIN DE MULHERES INDÍGENAS”

Salvador

2018

PAULA OLIVEIRA SOUZA

MILITÂNCIA NO FACEBOOK: UM ESTUDO DAS PÁGINAS “PELAS MULHERES INDÍGENAS” E “REDE GRUMIN DE MULHERES INDÍGENAS”

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Comunicação com habilitação em Produção Cultural, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação – Produção Cultural.

Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Leonor Graciela Natansohn

Salvador

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço ás forças que regem o Universo e se manifestam de tantas maneiras;

À minha mãe, que curiosamente está mais ansiosa que eu pela realização deste;

Aos amigos queridos que me acolheram em semanas intermináveis de lamentações e me encheram de todas as palavras de incentivo (e xícaras de café) que foram capazes;

A Ailton Sena que me ajudou a organizar minhas idéias, e me presenteou com ótimas dicas de como estruturar este projeto;

À minha orientadora, Profª Graciela Natansohn pelas broncas que me fizeram despertar quando precisei, e pelo incentivo que me fez enxergar as potencialidades deste trabalho, e de mim mesma;

À Moína Lima e Potyra Tupinambá, pela gentileza em ceder seu tempo para esclarecer minhas dúvidas;

A quem contribuiu direta ou indiretamente para que eu hoje esteja fechando mais este ciclo;

E a todas as mulheres indígenas, cuja luta é fonte inesgotável de admiração e respeito.

A palavra da mulher é sagrada como a terra.

Cacique Aniceto Xavante

RESUMO

O presente projeto tem como objetivo apresentar o ciberativismo indígena no Facebook por meio de análises de conteúdo das páginas “Pelas mulheres indígenas” e “Rede GRUMIN de mulheres indígenas”, do Estado da Bahia e do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente. As redes sociais disponibilizam ferramentas que possibilitam maior engajamento e participação social por meio da *web*. Devido a sua popularidade, especialmente no Brasil, o Facebook se configura como escolha viável para o estudo sobre a articulação de grupos de militância no ciberespaço. Assim, o ciberativismo indígena utiliza a rede, neste caso específico por meio das páginas para comunicar, se relacionar e defender interesses específicos.

Palavras-chave: mulheres indígenas; militância; Facebook; ciberativismo.

SUMÁRIO

Introdução.....8
1. **O Facebook como instrumento de mobilização**.....14
1.1 O surgimento da internet e os novos modos de comunicação.....14
1.2 O ciberespaço e o ciberativismo indígena.....15
1.3 O Facebook e suas possibilidades de mobilização.....17
1.4 O outro lado do Facebook.....20
1.4.1 Violações a liberdade de expressão e censura aos conteúdos de militância.....20
1.4.2 A censura aos povos indígenas.....22
2. **Análise das páginas "Pelas mulheres indigenas" e "Rede GRUMIN de mulheres indígenas"**.....24
2.1 Análise de conteúdo.....24
2.2 Critérios utilizados para a definição do corpus de análise e delimitações dos objetos.....27
2.3 Classificação das publicações.....28
2.4 Interpretações da Tabela 1.....37
2.4.1 Entendendo a lógica de produção por trás da página "Pelas mulheres indígenas".....38
2.5 Interpretações da Tabela 2.....40
2.5.1 Entendendo a lógica de produção da página "Rede Grumin de Mulheres Indígenas".....42
2.6 Algumas considerações acerca das páginas e dos resultados obtidos por meio da interpretação das Paginas "Pelas mulheres indígenas" e "Rede GRUMIN de mulheres indígenas".....43
3. **Considerações finais**.....46
Referências.....50
Anexos.....52

TABELAS

TABELA 1 : Dados extraídos a partir das publicações na página "Pelas mulheres indígenas" no período de 01 de março a 30 de abril de 2018.....31

TABELA 2 : Dados extraídos a partir das publicações na página "Pelas mulheres indígenas" no período de 01 de março a 30 de abril de 2018.....33

Introdução

Não havia outra maneira de começar este, senão de forma muito pessoal, por isto, neste primeiro momento, a primeira pessoa. Sou nortista e assim como tanta gente do Norte, tenho ascendência indígena, no meu caso da nação predominantemente amazonense Sateré Mawé, que após algumas gerações tornou-se o sobrenome Maués, que eu tristemente não herdei do meu pai.

Creio que por ser do Norte – Tucuruí, no Pará, especificamente – tive contato com variadas nações indígenas na infância e adolescência, mas sempre compreendi que estava olhando como a pessoa de fora, a visitante, a que ao final do dia iria embora e se distanciaria daquela realidade. Porque é importante esclarecer que a realidade indígena não é a minha. Eu não conheço profundamente elementos ou rituais sagrados da cultura indígena, não tenho certamente as mesmas vivências de uma mulher indígena, e não sei por empirismo para o bem ou mal como é ser indígena num país ainda tão excludente.

Deste modo, senão por representatividade, a escolha deste tema deu-se por admiração á luta indígena. E a escolha da mulher indígena como um dos recortes, é devido ao meu interesse por questões relacionadas a gênero. Sendo assim, esta pesquisa é muito significativa pra mim como admiradora, como estudiosa, como mulher e como descendente. E antes de mais nada é necessário esclarecer isto. Na sequência, trago alguns dados estatísticos:

No Brasil, segundo dados[1] corroborados pelo Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), existem aproximadamente 900 mil indígenas de 305 etnias e falantes de 247 línguas. As comunidades indígenas existem em terras brasileiras centenas de anos antes do marco histórico da conquista ou colonização, no ano de 1500.

Sabe-se do trágico destino das nações indígenas que entraram em contato com colonizadores: genocídio do povo, escravidão, estupro, doenças, não obstante testemunharam a destruição da fauna e flora, sagrada, e que partir daquele momento eram consideradas propriedade da coroa portuguesa.

Centenas de anos após estes acontecimentos ainda lida-se com os estigmas sociais que são heranças desse período e seus desdobramentos, como a invisibilização dos povos indígenas, sua homogeneização e a consequente negligência de seus direitos e necessidades.

A estrutura social hoje existente coloca povos indígenas não apenas num status de pouca importância, ao invés disso, sequer os considera. Diante desta realidade, pode-se conceber uma invisibilidade ainda maior: a da mulher indígena.

1 Censo IBGE 2010 <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>. Acesso em 14 Mar. 2018

As instituições sociais ainda amargam o poder de uma estrutura construída em valores de exclusão, especialmente devido ao recismo e machismo, e abandono de um povo que forçosamente se misturou e hoje é um só.

A trajetória entre os direitos das mulheres e as lutas pelo tratamento igualitário às minorias sempre caminharam lado a lado. A medida que a história avançou, as dissidências sociais em que as lutas estavam embricadas foram pouco a pouco ganhando novos contornos e atualmente abrangem toda a sociedade, pois esbarram em questões primordiais consolidadas pelo Estado e pelas instituições.

As mudanças sociais que ocorrem ao longo dos séculos são geradas devido ao grande número de enfrentamentos surgidos em decorrência da falta de visibilidade sofrida por alguns grupos, o que, naturalmente, gera revolta nos mesmos. A insatisfação transmuta-se em enfrentamento e dissidência social a partir do momento que ganha caráter de ordem coletiva, e não mais vinda de apenas um indivíduo. Deste modo, também, nasceu a luta das mulheres. Quando trata-se de mulheres indígenas, ainda lida-se com questões culturais e históricas específicas de gênero e raça. Quando volta-se os olhos aos textos da história para analisar as conquistas das mulheres no país, especialmente nos primórdios dessas lutas, ainda no Império e na nova República, não se acham vestígos da presença de mulheres negras ou indígenas. Os grandes nomes que marcaram fases do posicionamento da mulher por um tratamento igualitário e pela conquista do direito à cidadania são todos de brancas e membras da aristocracia. Mulheres indígenas sofreram diversas formas de opressões desde a colonização, como escravidão, violência sexual, desumanizaçao, estereotipização, exclusão, marginalização e invisibilização. O conjunto ou apenas um destes elementos é passível de reflexão acerca do tratamento que os colonizadores deram para os povos indígenas e que a atual sociedade segue reproduzindo.

Mulheres indígenas reconheciam que sua existência implicava em singularidades que outras mulheres não pertencentes a mesma realidade não poderiam entender, pois estas, além do domínio patriarcal e machista, também sofriam com o racismo, uma forma de opressão velada, mas igualmente cruel. Ainda, com a discriminação econômica.

De acordo com a jurista Ela Castilho (2008, p. 06):

> As duas primeiras organizações brasileiras exclusivas de mulheres indígenas surgiram na década de 1980. As pioneiras foram a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá, Rio Uaupés e Tiguié (Amitrut). As demais foram constituídas a partir da década de 1990. Em 2000, na Assembléia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

> (Coiab), em Santarém, Pará, foi reivindicada a criação de um espaço específico para as demandas das mulheres indígenas (Ela CASTILHO *et al.*, 2008)

e ainda:

> Os anos 1990 trouxeram uma novidade: a institucionalização das demandas por igualdade e respeito às diferenças de gênero no meio indígena
> brasileiro. Desde o fim da década de 1980 as mulheres indígenas têm participado — de modo cada vez mais consistente — de reuniões nacionais e internacionais. Ao reunir mulheres de diferentes povos, esses novos espaços de discussão contribuíram para a troca de experiências e conhecimentos; propiciaram meios para o fortalecimento e a consolidação de suas organizações; bem como vêm fortalecendo a capacidade de setores do movimento de mulheres indígenas para participar e exercer o controle
> social na esfera pública (CASTILHO *apud* SACCHI, 2003. p. 10)

Deve-se considerar que as mulheres indígenas são a porção mais invisibilizada de um povo que é, por si só, desconsiderado socialmente e passa por diversas situações de vulnerabilidade. Sua militância é repleta de simbologia e preza pela preservação da natureza e valorização da cultura, das comunidades como um todo, reconhecimento de direitos, demarcação de territórios e cidadania. Neste sentido, a sociedade contemporânea, ainda mais moderna e em constante transformação de diversas ordens, remonta o passado que forçava mulheres indígenas a lutar para existir antes de estar em militância. O movimento de mulheres indígenas se fortaleceu e hoje é organizado e articulado, e foi estruturado de tal forma que as mulheres que ali estão encontram naquele espaço de fala e luta, recursos e insumos para a problematização de suas questões tão singulares. Sobre isto a ativista Linda Terena em entrevista[2] ao blog Lado M (2017):

> Enquanto mulher indígena, desconheço a existência de um *feminismo indígena*. Esse é um termo de origem europeia do século XIX que foi ampliando suas reivindicações de acordo com as necessidades. Trazer esse modelo para o interior indígena não faz sentido tanto quanto o faz para as mulheres do mundo ocidental. A pegada de movimento das mulheres indígenas é outra, e sempre tenho frisado isso. Não nos reconhecemos nas pautas e nos moldes do feminismo ocidental, pois atuamos como *feminino indígena.*
> A nossa bandeira de luta é outra. Quando reivindicamos algo não é somente para nós, mulheres, mas sim para a comunidade em geral. A busca da melhoria da saúde e pela demarcação territorial são a mesma coisa. Por mais silenciadas que as mulheres estiveram no pós-colonização, hoje elas estão aí nas mais variadas esferas públicas, na busca pelo bem-viver como garantia da sobrevivência e manutenção de seu povo (TERENA, Linda. 2017)

Durante todos os séculos que sucederam a colonização, por meio da opressão, foram negados a estas mulheres a oportunidade e o direito de terem voz sobre sua própria história,

2 Entrevista ao blog Lado M disponível em: < http://www.siteladom.com.br/feminismo-indigena/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

vista através de seus próprios olhos. Um bom exemplo disto é o material didático com que somos alfabetizados no Brasil, que são produzidos por meio da ótica do colonizador escravagista, que subjugou os povos nativos e os que foram trazidos, e lhes atribuiu papéis sociais de inferiorização e mediocridade.

O modelo social calcado no machismo e na discriminação racial cuidou para que as relações de poder estabelecidos desde o primeiro contato com os povos europeus se mantivessem, em uma relação de poder que não beneficia indígenas ou negros, e lhes condena à marginalização, à doença, á pobreza e à ignorância. Considerando então um sistema não democrático que lhes cerceia métodos de produção de conteúdo representativo, entende-se por consequência das dificuldades encontradas por estes grupos de se posicionarem socialmente.

A singularidade da opressão negra e indígena está intimamente ligada a fatores como o racismo, o preconceito geográfico, no caso das indígenas, a discriminação econômica e o machismo. Sobre isso, Silva (2013, p. 109) afirma que: “As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, consequentemente, suas estratégias de superação”.

Estes grupos apontam a interseccionalidade - perspectiva que abrange a necessidade do olhar cuidadoso aos diferentes tipos de opressão – como uma vertente de estudo para a melhor compreensão da coexistência de relações de opressão em profusão – étnicas, de gênero, econômicas, de orientação sexual,religiosas, etc – que influenciam sobre a realidade de um grupo, ou mesmo de um indivíduo. Sobre isso, Angela Davis (2004) afirma:

> Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a classe é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2004)

Entende-se que a história é frequentemente recontada, em outros moldes apenas, pois não atendo-se a questões de desconstrução no modo de pensar e agir, apenas legitima a idéia de que grupos minoritários estão em um patamar abaixo por apresentar especificidades que os separa dos demais. Sempre, dadas as circunstâncias temporais, mulheres indígenas desde que se perceberam insatisfeitas com o tratamento que recebiam perante a sociedade, procuraram meios de resistência, a exemplo das fugas dos aldeamentos missionários, a invasão dos acampamentos onde se abrigavam colonizadores, destruição de engenhos de açúcar, o cultivo da fé aos seus deuses, em segredo, e apesar da catequização e ensinamento do português, a manutenção de suas diversas línguas.

Naturalmente estes meios de resistência se davam em épocas coloniais. Hoje existem outras maneiras de combater o racismo sofrido pelos povos indígenas, e um deles é a militância por meio de redes sociais, que pouco a pouco consolidaram-se como locais propícios para discussões e compartilhamento de informações, sendo atualmente a maior delas o Facebook. Páginas e grupos de Facebook criadas por povos de resistência se configuram como espaços onde são pautados interesses e necessidades em comum. Os conteúdos são produzidos por e para um determinado nicho, neste caso mulheres indígenas, que passam a ser protagonistas e narradoras de suas próprias histórias.

Com o advento destas páginas, grupos e até eventos, há o fomento à representatividade. Por outro lado, as publicações destes movimentos adquirem um alcance muito maior, uma vez que redes sociais instrumentam a militância de grupos minoritários e lhes permite uma maior articulação e a disponibilização de ferramentas que trazem a conhecimento, dentro de grupos de luta hegemônica, as interseccionalidades da opressão, que nem sempre são reconhecidas por quem não as vive. Também há a possibilidade de mobilização social e desconstrução de gênero e raça por meio do ciberativismo e etnojornalismo, práticas adotadas em defesa de causas variadas que se valem da utilização do ciberespaco.

Este projeto tem como objetivo entender de que modo o Facebook é usado pelas páginas "Pelas mulheres indígenas[3]" e "Rede GRUMIN de mulheres indígenas[4]" como instrumento de engajamento e militância. Além disto, identificar e mapear as pautas, assuntos mais debatidos e de maior relevância. A proposta é, por meio das análises de conteúdo, compreender padrões de publicação por meio da categorização de conteúdos em indicadores considerados relevantes para uma análise minuciosa que chegue a resultados satisfatórios.

A escolha do Facebook ocorreu devido a dinamicidade que a plataforma traz, e propicia um ambiente possível para o ciberativismo, embora veremos a seguir que nem sempre é o que acontece, pois ao mesmo tempo que a plataforma disponibiliza espaço, ela também "cobra um preço" caro por sua utilização.

No caso das páginas como objeto, a escolha se deu devido ao fato de estarem entre as maiores em relação a número de membros e quantidade de postagens e interações. Estes são dados significativos, uma vez que há urgência na demanda de conteúdos desenvolvidos fundamentalmente para o público de mulheres indígenas. Para além disto, tratam-se de iniciativas de transformação social já consolidadas, realizado por indígenas para indígenas, e desempenham um importante papel de promover o acesso de comunidades indígenas e suas

3 Disponível em <https://www.facebook.com/pelasmulheresindigenas/>

4 Disponível em: < https://www.facebook.com/grumin/>

organizações às informações necessárias para a formação de opiniões, bem como fomentam o empoderamento destas pessoas pelo exercício dos direitos humanos, do exercício de um pensar mais consciente e crítico que perpetue suas tradições e cultura.

Diante disto, vale ressaltar a importância de trazer para o centro das discussões sociais, políticas e econômicas as pautas indígenas de mulheres. Houve um tempo em que existiam 408 etnias indígenas no Brasil, hoje, apenas 305, mas fala-se em um número ainda menor. Sendo assim, a luta já não mais se configura somente em necessidade de igualdade e reconhecimento de direitos, mas contra o risco de extinção.

1. O Facebook como instrumento de mobilização social

1.1 O surgimento da internet e os novos modos de comunicação

Pode-se dizer que a história da internet começa (1969) a partir de um projeto da agência norte americana ARPA - Advanced Research Projects Agency, que desenvolveu a ARPANET - Advanced Research Projects Agency Network, uma rede de computadores para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que visava a diminuição da distância entre dois pontos, mas evitando que, a perda de conexão de um ou mais usuários afetasse os demais. Inspirando-se na ARPANET, muitas empresas passaram a criar redes de conexão no mundo todo, o que permitiu que a internet tomasse proporções globais, porém apenas em 1991 a *World Wide Web* (www) que conhecemos hoje foi adotada.

O termo *World Wide Web*, que significa "rede web mundial"[5] representou exatamente o que a internet era a partir de então: um modo de compartilhamento de informações e dados de computadores do mundo todo. O primeiro navegador que se tem notícia foi o *Mosaic*, de 1993 e após ele vários outros foram sendo lançados, como o Internet Explorer, que ainda é utilizado hoje. Desde a popularização da internet, nos anos 90, com seu auge no começo dos anos 2000, as mudanças no modo de fazer comunicação estão em constante evolução na sociedade. Castells (2003) afirma que a internet "constitui o meio de comunicação e de relação essencial sobre o qual se baseia uma nova forma de sociedade que nós já vivemos", chamada pelo autor de "sociedade em rede" (p. 256).

A internet foi dividida em três fases (Marta Gabriel, 2010), que são marcos de mudanças sobre a forma que usuários gerenciavam e faziam uso da rede. A primeira fase, nomeada *WEB 1.0*, caracteriza-se pela falta de dinamicidade e interatividade no modo de navegação, que se restringia a própria navegação e consumo de informações, em que apenas se podia ir de link em link. A *WEB 2.0* surgiu em meados dos anos 2005, e foi marcada pela maior participação do usuário, que passou a poder produzir conteúdos e navegar com maior autonomia e interatividade. Para alguns, é a fase em que estamos até hoje, porém, para Gabriel (2010) já se chegou a *WEB 3*.0, na qual todos – objetos, plantas, animais – estaremos integrados a internet, não apenas informações e dados, no entanto para que isto seja possível, deverá haver uma mudança nos padrões de organização dos documentos online. Por este motivo chama-se esta fase também de "web semântica". Cada uma das fases que marcou a fundamentação da internet é caracterizada por traços que lhe conferem interação e dinamicidade, como

[5] Livre tradução.

.

desenvolvimento não vinculado a empresas que visam lucro; a valorização de uma informática livre que contava com o auxílio de cientistas e engenheiros da computação, bem como relação existente entre as necessidades dos usuários e o melhoramento da tecnologia, num constante *feedback*. (CASTELLS, 2003).

Para Lemos (2005) esta nova estrutura nos modos culturais e de comunicação, definida pelo constante diálogo entre as tecnologias e a cultura chamou-se "ciber-cultura-remix". De acordo com o autor (2005), a "ciber-cultura-remix". Se alicerça na liberação do pólo de emissão, no caso a possibilidade que todos têm de se manifestar e produzir conteúdo; na conectividade generalizada, que se refere à comunicação em rede; e na reconfiguração das práticas comunicacionais.

Devido ao advento das redes sociais, em especial o Facebook[6], observa-se os efeitos dos novos meios comunicacionais, bem como as formas como dados circulam nestes espaços. Ainda, dependendo de como se dá o compartilhamento de informações, alguns indivíduos, ou grupos de indivíduos se destacam e adquirem então o poder de se reunirem em prol de interesses coletivos e engajamento de causas, onde se define um novo local de enfrentamentos e poder (LAGO, 2006).

Aos poucos, as relações comunicacionais que envolviam redes sociais foram ganhando forma. Somado ao fácil acesso a informações e uma crescente insatisfação, percebeu-se que aqueles espaços então, poderiam ser usados a serviço dos movimentos sociais. Isto mudou completamente os moldes de militância de diversas organizações, que passaram a adaptar seu conteúdo para plataformas digitais. Também permitiu a organização de diversas mobilizações em nivel nacional e global e a convocação de um público interessado cada vez maior, bem como o engajamento por meio da informação de outros públicos, *a priori* alheios às causas defendidas.

1.2 O ciberespaço e o ciberativismo indígena

Com o crescimento do mundo virtual por meio do maior uso da internet por pessoas, instituições, órgãos públicos, etc, houve uma mudança nos modos de acessar os meios de comunicação tradicionais, como televisões e rádios, especialmente por estes canais permitirem apenas que haja emissão de informações e menor interação com o publico se comparadas a internet.

[6] Rede social surgida em 2004 .

Algumas pautas que passaram a ser de interesse coletivo como a legalização da maconha, o aborto ou ainda a homossexualidade são abertamente abordadas na *web*, mais do que em veículos mais conservadores. Diante disto, percebeu-se a abertura de espaços dentro destes novos meios de comunicação que possibilitavam um novo pensamento a respeito do fazer sociopolítico, e também de transformação do cenário social. Castells (2013) discute sobre o novo posicionamento dos movimentos sociais e dos indivíduos que passaram a "agir sobre os grandes veículos de comunicação, controlar as informações, desmenti-las, caso for necessário, e até mesmo produzi-las".

O ciberespaço acabou por tornar-se o modelo para as novas formas de militância pois trata-se de um espaço virtual potencial de conhecimentos múltiplos, que congrega forças, ímpetos e interesses contraditórios.

As redes sociais estão entre as maiores fontes de ações mobilizadoras hoje existentes no Brasil, como um "ambiente onde as idéias contra-hegemônicas dos movimentos sociais encontram instrumento, divulgação e penetração na sociedade civil para exercer sua luta" (GÓES, 2011).

Os movimentos de luta indígena, aos poucos caminham para a apropriação de meios de comunicação e mídias sociais que lhes empoderam como seres sociais e fomentam o conhecimento sobre sua cultura e demandas, no entanto não se ouve falar de indígenas a não ser em casos específicos de luta por terras, violência, ou ainda em novelas ou filmes, onde a visão que se vende do indígena costuma ser pelo olhar do não indígena. Deste modo, nos espaços online encontrou-se uma maneira de burlar esta exclusão e divulgar seus feitos e sua história, seja por meio de artistas que representem a cultura indígena, ou ainda escritores ou cineastas que produzam filmes e documentários sobre a realidade nas comunidades, ou por meio de páginas como as trazidas na presente pesquisa.

Reconhece-se a pouca quantidade de espaços ocupados por indígenas na web, no entanto carregadas de grande simbologia, pois é através delas que se pode combater a invisibilidade na qual o povo indígena é forçado a se submeter por gerações, como desmistificar certos estereótipos que foram criadas por não indígenas. O pensador social Darcy Ribeiro discutiu amplamente sobre o semidesenfreado poder das classes dominantes sobre as menos privilegiadas pelo capitalismo[7]. Oliveira (2008, p. 24) define esta ação social como a "prática de tolerar o outro com o objetivo de reinar sobre os seus corpos e mentes".

[7] Texto que explora a análise de Dacy Ribeiro acerca da estrutura de classes no Brasil, disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/02/darcy-ribeiro-estrutura-de-classes-no-brasil-de-hoje.html>. Acesso em: 29 jun. 2018.

Em poucos instantes de reflexão acerca do conceito de Darcy e da definição de Oliveira, compreende-se que não há a simpatia ou a boa vontade na convivência, apenas a propagação de uma afinidade fictícia, que reforça a idéia de que um existe apenas por que o outro deixa, o que lhe confere uma superioridade velada.

Além disso, quando se consideram questões como a sociedade de consumo e as formas capitalistas de produção de riqueza, em contraste com as dos povos indígenas, mais conectados a questões pertinentes à natureza, seu cuidado e preservação, à localização geográfica das comunidades indígenas, em grande maioria afastada dos centros urbanos e ao falta de acessibilidade às redes tecnológicas, acaba por atribuir-se a eles noções de atraso e pouca importância, logo, são passíveis de esquecimento.

Indígenas que, contra todas as circunstâncias desfavoráveis, apropriam-se da internet não apenas estão compartilhando informações, estão acima de tudo contribuindo para o fomento de políticas públicas que lhes dê insumos para a luta por direitos humanos, bem como o fortalecendo ações de cidadania, que reforçam seu papel no contexto social, online ou não, e são justamente estas atitudes que lhes permite serem protagonistas de suas histórias, contados por eles e para eles.

1.3 O Facebook e suas possibilidades de mobilização

Diante da nova realidade dos anos 2000, na qual redes sociais faziam parte do cotidiano de cada vez mais pessoas, o Facebook é fundado em 2004, pelo estudante de Harvard Mark Zuckerberg de acordo com Durán e Ramiro (2013), como tese de conclusão do curso de sistemas da computação e tinha como objetivo promover uma maior interação entre os estudantes do campus. Hoje, após diversas transformações ao longo dos seus 14 anos de funcionamento, o Facebook conta com a marca de mais de 2 bilhões de usuários[8] ativos ao redor do mundo.

A plataforma oferece as opções de criação de perfis pessoais, eventos, grupos e páginas, também conhecidas como *fanpages*. Como esta pesquisa se debruçará sobre duas páginas, conheceremos um pouco mais sobre elas. O usuário de páginas, geralmente são empresas, organizações, artistas, séries, instituições, e contam com o layout semelhante à do

[8] Notícia "Facebook chega a 2,13 bilhões de usuários em todo o mundo" disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-chega-a-2-13-bilhoes-de-usuarios-em-todo-o-mundo,70002173062>. Acesso em: 29 jun. 2018.

usuário comum, porém, diferente da relação perfil pessoal/perfil pessoal, na relação perfil pessoal/página, não há uma opção para adicionar o responsável pela página como amigo, e sim “curtir” a página para sempre receber notificações de novas postagens.

As páginas permitem a promoção de anúncios pagos ou ainda impulsionamento também pagos que diferente de postagens comuns, seriam mais abrangentes, podendo-se escolher o alcance do conteúdo, em nivel nacional, e ainda manter o conteúdo no ar por vários dias. Nas páginas podem ser fixados um ou mais posts no topo da linha do tempo, a fim de que os usuários que acessem, vejam o material em questão. Ainda, podem criar eventos e convidar usuários para participar e também curtir a página.

Páginas e grupos criados a fim de fortalecer a militância de movimentos de mobilização já são uma realidade dentro do Facebook. É graças a estes espaços que há a possibilidade de democratização de pautas de fundamental importância para grupos historicamente silenciados, como mulher indígenas e negras. Castells (2011) considera a comunicação uma potência, pois remonta o pensameto coletivo a partir, não de uma amálgama de pensamentos individuais, mas da absorção e difusão de um pensamento no conjunto da sociedade, elaborado nos campos comunicacionais:

> A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e ao possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação. (Castells, 2013, pág. 21).

Trazendo para a realidade das páginas de Facebook, para o autor (2011) os veículos de comunicação se valem dos dados obtidos a partir da mobilização dos usuários e os conteúdos que estes compartilham, para estabelecer uma relação de simpatia, ou minimamente esquivar-se de sua hostilidade. O Facebook pouco a pouco se transformou não mais em um meio de comunicação, mas em uma ferramenta de empoderamento de vozes de grupos minoritários, como mulheres negras e indígenas, que são comumente deixadas de fora dos meios de comunicação mais difundidos, que são justamente os mais tradicionalistas, como a TV aberta e o rádio.

> Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. (CASTELLS, 2013, pág. 10).

De acordo com Eni Orlandi (2007), os discursos presentes nos espaços de militância se configuram como um lugar simbólico de acolhimento para as aflições que passaram e

passam grupos silenciados. Escrever, nestes momentos, é uma forma de encontrar conforto, e também, de quebrar o silêncio.

Como abordado em capítulo anterior, sabe-se que historicamente mulheres negras e indígenas vêm sendo oprimidas por sua ancestralidade, sua aparência, sua renda, escolaridade, vulnerabilidade, e como principal agravante, o simples fato de serem mulheres. Vale lembrar também, que um país colonizado no ano de 1500, apenas na década de 1980 contou com condições ideais que permitiram a fundação de movimentos de atendimento às necessidades de um grupo de mulheres da própria nação, cuja história é marcada pela violência de diversas formas, abandono, negação de direitos e racismo. Décadas depois, quando se está diante de páginas como “Blogueiras negras”, “Mulheres negras”, ou ainda as duas escolhidas para a análise deste projeto, “Pelas mulheres indígenas” e “Rede GRUMIN de mulheres indígenas”, entende-se quanta resistência e simbologia existe no fato de estas páginas, e tantas outras ocuparem um espaço no Facebook, maior rede social do mundo, e fazer deste espaço o cenário ideal para promoção da desconstrução de estereótipos e arquétipos acerca de suas realidades, poderem usufruir do protagonismo de espaços onde elas são de fato peças fundamentais e fazer suas vozes serem ouvidas nas esferas públicas e políticas.

Por meio de redes sociais como o Facebook, o ativismo digital ganhou uma nova vertente de manifestação que permite reunir pessoas com os mesmo interesses, que juntas dão voz a novas formas de visibilização da militância, por meio da internet, teve seu uso potencializado por meio do advento de *smartphones* e a tecnologia 3 e 4G, que disponibiliza um pacote de dados para uso móvel, que conecta o usuário onde quer que este esteja, sem a necessidade de uma zona wi-fi.

O ingresso do indígena nas redes sociais teria, potecialmente, como principal desdobramento o combate a representações hegemonicamente impostas, que desvalorizam sua cultura desde a colonização. Os resultados deste pesquisa demonstram que nem sempre isso acontece. Fonseca (2014) afirma que o ativismo, seja do tipo que for, é fruto de uma insatisfação relacionada a corrupção, meio ambiente, expressão étnica ou sociocultural. Por isto as mais variadas plataformas comunicacionais ganharam usuários que passaram a utilizá-las para manifestações.

A acesso a Facebook é gratuito e de fácil manuseio, além de oferecer uma sérrie de recursos anteriormente citados, que fazem dele um espaço para protestos. Desta maneira, a cibercomunicação aproxima seus usuários, não importando questões convencionais, como distância geográfica, bem como ajuda a viabilizar a legitimação de identidades étnicas e culturais. Quando o Facebook e as redes sociais de um modo geral passaram a ser

considerados parte integrante da opinião pública, passaram também a exercer forte influência tanto na vida pública quanto na particular dos indivíduos, e isto se desdobra nas impressões e julgamentos que se tem sobre os mais variados assuntos que permeiam as relações interpessoais. Ao adotar o ciberativismo, indígenas enfrentam a ideias ligadas ao colonialismo, como as de "civilização atrasada".

1.4. Um outro lado do Facebook

1.4.1 Violações a liberdade de expressão e censura aos conteúdos de militância

Embora tenha sido abordado em tópicos anteriores algumas características que fizeram do Facebook uma escolha viável para a participação de mulheres indígenas no ciberativismo por meio da rede social, é importante destacar que nem todos os aspectos que o permeiam são tão favoráveis aos grupos de militância ou á garantia de seus direitos.

No artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos[9] consta que "Todo ser humano tem direito à liberdade de expressão e opinião […] de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras". Ainda o art. 5, inciso IX da Constituição Federal Brasileira de 1988 referente á garantia da liberdade de expressão e manifestação se lê que "É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença". (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988)

Percebe-se que leis fundamentais de garantia de um direito fundamental que é a liberdade de expressão, têm sido suprimidas e por isto prejudicado ações de engajamento na luta por práticas cidadãs para obtenção de equidade e tolerância.

O Facebook assume um posicionamento de não envolvimento com nenhum tipo de assunto com teor político e social, ao mesmo tempo que adota medidas de censura a conteúdos, fundamentadas em cláusulas contratuais que desconsideram não apenas as leis anteriormente citadas como os múltiplos contextos – de gênero, culturais, ideológicos – que envolvem uma publicação por estarem fora dos padrões da plataforma.

Contrapondo esta atitude, o art. 220 explicita que "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou meios não sofrerá restrição, observando o disposto nesta Constituição". (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988)

[9] Disponível em <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> Acesso em: 27 jun. 2018.

Quando se reflete sobre questões de censura da rede social, também entende-se que ao criar um perfil e assinar os "Termos de compromisso"[10] onde se aceita as diretrizes da plataforma, estamos não apenas permitindo que esta "vigie" as informações compartilhadas, com total liberdade para excluir quaisquer conteúdos considerados impróprios de acordo com padrões que não são os do usuário, mas do próprio Facebook, como também nos coloca em um regime de autocensura, uma vez que precisamos estar atentos a tudo que compartilhamos, caso contrário o perfil pode ser banido definitivamente. Sobre isto a rede social afirma:

> O Facebook tem um política rígida contra o compartilhamento de conteúdo pornográfico e qualquer conteúdo sexualmente explícito onde um menor de idade está envolvido. Também impomos limitações na exibição de nudez. Almejamos respeitar o direito das pessoas de compartilhar conteúdo de importância pessoal, sejam fotos de uma escultura, como Davi de Michelangelo, ou fotos de
> família da amamentação de uma criança.

O Facebook afirma que "O objetivo dos Padrões da Comunidade é incentivar a expressão e criar um ambiente seguro". E ainda que:

> As consequências da violação dos Padrões da Comunidade variam de acordo com a gravidade e com o histórico do usuário na plataforma. Por exemplo, podemos notificar alguém por uma primeira violação, mas se a pessoa persistir na violação de nossas políticas, podemos restringir sua possibilidade de publicar no Facebook ou mesmo desativar seu perfil.

De acordo com as diretrizes supracitadas, o Facebook não aborda explicitamente seios, parte do corpo feminino que desperta constantes discussões, sobre a demanda de sua naturalização ou acerca de sua hipersexualização, como elemento proibitivo da permanência de uma publicação. Na guia de "Padrões da comunidade" onde se aborda "Nudez adulta e atividades sexuais[11]", o Facebook afirma que:

> Nossas políticas a respeito de nudez ficaram mais flexíveis com o passar do tempo. Entendemos que a nudez pode ser compartilhada por variadas razões, inclusive como forma de protesto, para conscientização sobre uma causa ou por motivos médicos e educacionais. Quando tal intenção fica clara, abrimos exceções para o conteúdo.

[10] Disponível em <https://www.facebook.com/le-gal/terms> Acesso em: 27 jun. 2018.

[11] Disponível em: <https://www.facebook.com/communitystandards/objectionable_content/adult_nudity_sexual_activity/> Acesso em: 27 jun. 2018.

Na contramão disto, a matéria “Imagens proibidas no Facebook”[12], do site Catraca Livre[13] aborda casos em que imagens como obras de arte, mães amamentando seus filhos, pais dando banho em seus filhos, crianças brincando nuas e até mesmo a polêmica que envolveu a exclusão da fotografia histórica[14] da menina Kim Phuc em meio á guerra do Vietnã, chorando e correndo nua para escapar de um ataque pelo produto químico desfolhante napalm.

1.4.2 A censura aos povos indígenas

Quando trazemos esta limitação para o universo indígena, questões de censura se desdobram igualmente. Mulheres indígenas, cujos seios frequentemente ficam amostra por questões culturais, têm publicações excluídas por serem consideradas pela plataforma como conteúdo pornográfico ou sexual, ao mesmo tempo que em outras publicações em que estão consideradas dentro das normas exigidas pela página, são alvos de comentários machistas, racistas e depreciativos, sobre os quais por costume, nada é feito proativamente pela rede social, a menos que haja um grande número de denúncias.

Um caso conhecido nacionalmente ocorreu em 2015 quando o Ministério da Cultura - MinC entrou na justiça contra o Facebook após a realização, para um portal de fotografias[15] retratando a brasilidade, a publicação de um casal de índios botocudos do início do século XX, que foi deletada gerando indignação de muitos brasileiros, e do Ministério que afirmou em nota:

> Ao tomar conhecimento da censura à fotografia, que exibe o dorso nu de uma indígena, o MinC entrou em contato com o Facebook, alertando para a ilegalidade e solicitando o imediato desbloqueio da fotografia. No entanto, a empresa manteve a decisão de censurá-la, argumentando que não está submetida à legislação nacional e que tem regras próprias que adota globalmente. O Ministério da Cultura entende que o Facebook, ao aplicar termos de uso abusivos e sem transparência, tentar impor ao Brasil e às demais nações do mundo onde a empresa opera, seus próprios padrões morais, agindo de forma ilegal e arbitrária.

como resposta, o Facebook declarou que:

> Não é fácil encontrar o equilíbrio ideal entre permitir que as pessoas se expressem criativamente e manter uma experiência confortável para a nossa comunidade global e culturalmente diversa. Respeitamos leis locais e assim como qualquer outra mídia, temos limitações com nudez. Estamos sempre abertos a feedback e ao debate para melhorar nossos Padrões da Comunidade.

[12] Matéria “Imagens proibidas no Facebook” disponível em <https://catracalivre.com.br/criatividade/estudo-na-usp-tira-10-por-mostrar-as-fotos-proibidas-no-facebook/> Acesso em: 27 jun. 2018.

[13] Site Catraca Livre < https://catracalivre.com.br/ > Acesso em: 27 jun. 2018.

[14] Ver anexo 3

[15] Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/570> Acesso em: 27 jun. 2018.

Esta afirmação legitima o fato de que o site não considera os diversos contextos – como cultura, gênero ou militâncias – que envolvem uma publicação contendo nudez, automaticamente vetada pela falta de um olhar cuidadoso e contextual que dialogue com a cultura de cada país no qual a rede global que é o Facebook alcança. Finalmente, a exclusão da imagem, que não considera a cultura indígena ali representada, explicita a dificuldade encontrada em manter o equilíbrio entre o que chama de “experiência confortável para a nossa comunidade global” e o respeito á liberdade de expressão.

2. Análise das páginas “Pelas mulheres indígenas” e “Rede GRUMIN de mulheres indígenas”

Este capítulo se propõe, em primeira instância, resgatar e dissertar sobre os fundamentos metodológicos que foram utilizados para analisar os objetos de pesquisa. Isto foi feito por meio da conceituação dada por Bardin (2011), Creswell (2007) e Fonseca (2008) a respeito da ferramenta Análise de Conteúdo. Ao fim deste capítulo, almeja-se chegar a seu objetivo, que se configura em analisar temática e descritivamente como as páginas de Facebook escolhidas são utilizadas para viabilizar e/ou discutir questões relacionadas ao movimento de mulheres indígenas, bem como entender seus métodos de produção.

2. 1 Análise de conteúdo

Técnicas de análises de conteúdo são, antes de mais nada, metodologias de interpretação. Deste modo, cada técnica envolve um modo distinto de fazer triagem e preparação dos dados a serem analisados. Creswell (2007, p. 194) afirma que este processo “consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem”.

Quando se escolhe um procedimento específico para aplicar aos dados que se quer analisar, é necessário que se esteja atento ao objetivo da análise, para que seja escolhido o método que melhor se aplica a ela e que, a partir dele seja possível extrair o maior número de informações possíveis a fim de enriquecer o produto final. Diante disto, Chizotti (2003, p. 98) afirma que “a escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador.”.

Para Fonseca (2008), a análise de conteúdo se configurava em “uma forma linear e metódica de analisar uma base de dados verificáveis”, e suas primeiras utilizações se deram graças à efervescência da abordagem sensacionalista adotada pelo jornalismo e que predominou até o fim dos anos 40. O autor ressalta a importância do contexto de uma análise. Este acredita que somente após a contextualização será possível criar conexões entre o objetivo da pesquisa e as considerações feitas como produto final.Por fim, considera-se a afirmação da professora doutora em psicologia, Laurence Bardin (2011) acerca da análise de conteúdo:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Laurence BARDIN, 2011, p. 47)

pois utilizaremos fundamentalmente a metodologia proposta pela autora para esta análise, devido a sua dinamicidade. Para Godoy (1995b), o olhar de Bardin acerca da análise de conteúdo, constitui-se em uma técnica aplicável em diversos tipos de discursos e a toda e qualquer forma de comunicação, seja qual for a natureza de sua plataforma.

A análise de conteúdo sob a perspectiva de Bardin (2011) considera a existência de três fases, que serão aplicadas a esta pesquisa. São elas:

- **Pré análise** - um momento de organização do pesquisador. Aqui há a definição de como a pesquisa se desenhará. Esta definição deve ser concisa, porém flexível. Esta fase envolve o que a autora (2011) chama de “leitura flutuante”, que é uma primeira impressão do conteúdo submetido á análise; como se dará sua escolha, quais serão os objetivos para a escolha de cada um, o que será usado como indicador para a interpretação a ser feita. Como dito, esta etapa se inicia com a escolha do conteúdo de análise, neste caso, as postagens feitas nas duas páginas já definidas como fonte. Esta escolha deve seguir algumas regras: exaustividade – nada deve ser omitido e a comunicação deve ser exaustivamente trabalhada, até sua totalidade; homogeneidade – os conteúdos devem estar relacionados por algum tema em comum; exclusividade – um elemento, neste caso um post, não deve estar em mais de uma categoria; pertinência – o material deve se adequar ao objetivo da análise, e representatividade – as amostras devem representar o universo analisado.

- **Exploração do material** – nesta etapa determina-se quais serão os parâmetros de interpretação, as unidades de codificação que se encaixarão melhor para cada tipo de análise. Nesta, utilizou-se dois parâmetros: recorte – reunião de um grupo de unidades de registro com propriedades em comum, e categorização – que permite classificar em blocos ou temas os elementos extraídos no recorte. Este método promove o esclarecimento acerca do conteúdo e da finalidade da análise.

- **Tratamento de resultados: inferência e interpretação** – nesta fase o que se busca é tornar válidos, relevantes e significativos os resultados encontrados. Cabe também

interpretar quaisquer significados ocultos no material, por trás do conteúdo latente. A inferência, (2011, p. 41) é a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras". Funciona como um instrumento de indução (as postagens selecionadas) de onde se investigam as causas (variáveis inferidas) por meio dos efeitos (dados coletados), de acordo com Bardin (2011, p. 138). No momento das interpretações, utiliza-se conceitos e proposições. Os conceitos, derivações do repertório acerca do universo e da cultura analisada (os movimentos de mulheres indígenas e ambas as páginas) conferem sentido ao material coletado. Diante dos conteúdos a serem interpretados, é necessário que se identifique uma característica que os conecte. Já as proposições, derivações do estudo meticuloso dos elementos de análise, são um enunciado do que foi extraído na análise, podendo ser verdadeiras ou falsas, mesmo que o intérprete não consiga provar.

Deste modo, com base nos conhecimentos adquiridos por meio dos autores citados, considerando especialmente a perspectiva de Bardin, esta pesquisa foi desenvolvida com base na adaptação para o universo das páginas escolhidas. Todavia, levou-se em conta que de acordo com a mesma (Bardin, 2011 *apud* Godoy, 1995b), há muitos modos de conduzir uma análise além da existência das três fases sugeridas; elas apenas são um modelo norteador, mas sabe-se que podem haver múltiplas abordagens do objeto de análise e da plataforma de comunicação em que se encontra. Além disto, que “esta interpretação não possui um roteiro definido, pois em cada objetivo pré definido em cada pesquisa, há um método de avaliação dos resultados diferente”. (2011, pág. 119).

Sendo assim, considerou-se como entrada analítica, a interpretação temática dos dados obtidos. Isto foi feito por meio da criação de tabelas que categorizaram minuciosamente as postagens no período pré determinado, permitindo que se alcance os objetivos da pesquisa, além de contar com entrevistas concedidas pelas administradoras das páginas, onde pode-se compreender a lógica de produção pos trás da mesmas, bem como justificar alguns resultados obtidos por meio da interpretação das publicações submetidas às categorias definidas na fase de exploração do material.

2. 2 Critérios utilizados para a definição do *corpus* de análise e delimitações dos objetos

Uma vez explanados os métodos de Análise de Conteúdo, veremos neste tópico como estes conceitos se aplicam aos objetos de pesquisa. Neste ponto vemos a primeira fase da proposta por Bardin (2011), a pré análise, onde se define o objeto que será trabalhado, bem como um primeiro contato com o conteúdo a ser categorizado e interpretado posteriormente.

Inicialmente foi necessária a escolha da rede social na qual diferentes tipos de movimento de resistência feminina, especialmente indígenas estivessem representados, e de onde se extrairia o material para análise. Dentre as redes mais comumente utilizadas com fins de militância e mobilização social como Instagram e Twitter, acabou optando-se pelo Facebook devido a características da plataforma, como aplicativos, ferramentas de vídeo, fotografia e texto na mesma publicação, ou o bate-papo, que cria uma conexão direta com as administradoras das páginas, conferem dinamicidade a este tipo de pesquisa, além do detalhamento de postagens e da possibilidade de enriquecimento da análise por meio de comentários, compartilhamentos e reações.

Já a triagem das páginas se deu por meio do uso das ferramentas de busca da própria rede social, com o intuito de simplificar o máximo possível esta primeira etapa. “Pelas mulheres indígenas” e “Rede GRUMIN de mulheres indígenas” foram selecionadas por possuírem o maior número de seguidores, 2.201 e 2.672, respectivamente, e possuírem em comparação a outras páginas[16] encontradas, um maior número de postagens feitas com regularidade, e consequentemente, uma maior quantidade de interações com o público.

Outro fator importante para a seleção das páginas, é sua relevância para o movimento em que atuam, uma vez que representam iniciativas de transformação social já consolidadas, realizado por indígenas, para indígenas, e desempenham um importante papel de promover o acesso de comunidades indígenas e suas organizações às informações necessárias para a formação de opiniões, bem como

16

Voz das mulhetes indígenas https://www.facebook.com/vozdasmulheresindigenas/
Mulheres indígenas em marcha https://www.facebook.com/mulheresindigenasdobrasil/

fomentam o empoderamento destas pessoas por meio exercício dos direitos humanos, do exercício de um pensar mais consciente e crítico que perpetue suas tradições e cultura.

O período escolhido para a delimitação da análise compreende 01 de março o a 30 de abril de 2018, por conter duas importantes datas, consideradas relevantes para análise, que são cronologicamente o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, e o dia 19 de abril, quando se comemora o Dia do Índio.

Neste período, foram realizadas 82 postagens envolvendo ambas as páginas. Neste primeiro momento, houve as primeiras percepções acerca dos conteúdos compartilhados, bem como o modo de produção em cada um dos espaços. No entanto seria necessário um olhar meticuloso dos dados para confirmar questões percebidas tão logo, quanto compreender outras que se mostraram mais sutis e precisariam de um melhor recorte para serem alcançadas.

2.3 Classificação das publicações

A partir deste momento, partimos para a segunda fase da análise de conteúdo, onde Bardin (2011) pressupõe que o material fruto da pré-análise já pode ser categorizado da forma que o pesquisador julgue melhor para o tipo de plataforma comunicacional que esteja lidando, a natureza dos elementos em análise e os objetivos que se deseja alcançar. As publicações totalizam 82, sendo 22 correspondentes à página “Pelas mulheres indígenas[17]”, o que gera uma média de 2 posts por semana, enquanto a “Rede GRUMIN de mulheres indígenas” fez 60 publicações no mesmo período, uma média de 7 por semana. Como mostraremos, as páginas obedecem a um padrão variável de publicação.

Neste primeiro momento, como dito, foi realizada uma classificação das postagens a fim de irmos notando os primeiros aspectos que as caracterizam. Para tal, é importante explicitar as categorias de análise analíticas e temáticas utilizadas neste projeto:

- **Número:** Por meio do número pode-se situar a respeito da quantidade de publicações feitas em cada página, obtém-se a praticidade na busca e referenciação por um

[17] Imagem da página inicial “Pelas mulheres indígenas”, ver anexo 1
Imagem da página inicial “Rede GRUMIN de mulheres indígenas", ver anexo 2

post específico no processo analítico e pós analítico, caso necessário, bem como é um método de organizar todos eles em uma estrutura lógica e de fácil entendimento.

 Data de publicação[18]: A data de publicação funciona também como um modo de organizar as postagens, neste caso cronologicamente. Por meio dela pode-se perceber que padrão na frequência de publicações cada página obedece, ou a falta dele. Ainda, permite que a pesquisa se atenha ao período proposto para análise – 01 de março a 30 de abril de 2018.

 Origem: Considerou-se importante a existência deste indicador pois ele permite investigar se as páginas atuam mais como produtoras de conteúdos ou replicadoras de outras fontes.

 Tema/Conteúdo: Esta categoria é informativa. Por meio dela pode-se ficar ciente, explicitamente, sobre o que se trata cada uma das postagens, bem como perceber que interesses e pautas permeiam os universos em observação.

 Texto Complementar[19]: texto produzido pela administração de páginas ao proublicar ou compartilhar um conteúdo – tem papel de informar sobre a publicação e neste caso, de posicionamento como instituição. Esta categoria ajuda a entender se os posts contam com a dinamicidade deste recurso.

 Formato: Considera-se aqui qual o tipo de mídia usada na publicação, são eles: *video* – trechos de programas, propagandas, transmissões ao vivo, mini documentários e curta metragens; *áudio* – músicas ou programas de rádio; *Fotografia*; *Ilustração* – tirinhas, cartoons, quadros, desenhos à mão ou feitos digitalmente; *Gif* e *Link* – o link ao ser compartilhado, gera uma imagem previamente escolhida pela fonte que produziu o material. É valido esclarecer que estes conteúdos eventualmente podem aparecer "com texto", pois no caso de um compartilhamento, a publicação original contava com texto complementar. No entanto estes textos não entram na categoria "Texto Complementar:" citada acima, pois não foram criadas pelas páginas em questão.

[18] Ver anexo 5
[19] Ver anexo 5

 Reações[20]**:** As reações são um do modo de verificação do impacto das publicações, pois por meio dos emojis “curti”, “amei”, “haha”, “uau”, “triste” e “grrr”, o público pode expressar seus sentimentos acerca da publicação. Aqui, usaremos para medir o grau de interação dos leitores com as páginas.

 Sobre Mulheres: Este indicador permite ver se o tema versa ou não sobre as mulheres.

 Sobre Mulheres indígenas: Assim como o o anterior, este indicador é ainda mais preciso pois recorta melhor o universo da página. Através dele, é possível saber se a postagem que tematiza o universo feminino tem recorte de raça, representando mulheres indígenas e suas demandas, que são tão específicas. Vale ressaltar que não entram nesta categoria conteúdos voltados para indígenas de um modo geral, se não estiverem abordando especificamente mulheres.

Os posts estão separados por páginas, cada uma obedecendo uma ordem cronológica crescente, começando em março e finalizando em abril. Preferiu-se fazer desta forma a fim de promover uma maior organização das informações.

Utilizando as categorias supracitadas, chegou-se as seguintes tabelas:

Tabela 1: Dados extraídos a partir das publicações na página "Pelas mulheres indígenas" no período de 01 de março a 30 de abril de 2018.

Nº de post	**Data de publicação**	**Fonte**	**Tema/Conteúdo**	**Texto C.**[21]	**Formato**	**Reações**	**Sobre mulheres**	**Sobre mulheres indígenas**
PMI[22] - 1	06 de março de 2018	Site g1.com	Reportagem sobre o fomento ao uso de tecnologias pelas mulheres indígenas.	sim	Vídeo	10 "curti" 2 "amei"	sim	sim
PMI - 2	12 de março de 2018	Site youtube.com	Divulgação do programa de rádio Rádia Cunhã sobre o Programa Saúde das Mulheres em Prado - BA	sim	Audio	5 "curti" 1 "amei"	sim	sim
PMI - 3	12 de março de 2018	Site youtube.com	Divulgação do programa de rádio Rádia Cunhã sobre as parteiras da	sim	Audio	8 "curti" 2 "amei"	sim	sim

[20] Ver anexo 5
[21] Abreviatura de “Texto complementar”.
[22] Abreviatura de “Pelas mulheres indígenas”.

			aldeia pataxó Pequi					
PMI - 4	12 de março de 2018	Site youtube.com	Divulgação do programa de rádio Rádia Cunhã sobre o idioma Patxohã e a culinária pataxó	sim	Audio	3 "curti" 1 "amei"	sim	sim
PMI - 5	13 de março de 2018	Página Xamanismo para mulheres	Compartilhamento de um poema sobre o vencimento à opressão pelo machismo.	não	Ilustração	4 "curti" 1 "amei"	sim	não
PMI - 6	14 de março de 2018	Página evento Elas nas exatas	Divulgação do evento Elas nas exatas	sim	Ilustração		sim	não
PMI - 7	14 de março de 2018	Site youtube.com	Divulgação do programa de rádio Rádia Cunhã sobre entrevista com Márcia Pataxó	sim	Audio	5 "curti"	sim	sim
PMI - 8	15 de março de 2018	Página Jornalistas Livres	Repúdio ao assassinato da vereadora Marielle Franco	sim	Ilustração	6 "curti" 2 "triste" 1 "uau"	sim	não
PMI - 9	19 de março de 2018	Print de entrevista a uma revista (não foi possível identificar e não há info na legenda)	Divulgação da reportagem com a ativista e membro da página Potyra Tê Tupinambá	sim	Fotografia com texto	14 "curti" 3 "amei"	sim	sim
PMI - 10	19 de março de 2018	Não foi possível identificar	Divulgação da reportagem com a ativista e membro da página Maria Pankararu	sim	Fotografia com texto	38 "curti" 9 "amei"	sim	sim
PMI - 11	19 de março de 2018	Produção própria	Divulgação de participação no evento Elas nas exatas	sim	Fotografia	22 "curti" 2 "amei"	sim	não
PMI - 12	19 de março de 2018	Produção própria	Recomendação da leitura “A bruxa e o Calibã”	sim	Fotografia	3 "curti"	sim	não
PMI - 13	19 de março de 2018	Produção própria	Divulgação de participação no evento Elas nas exatas	sim	Fotografia	8 "curti"	sim	não
PMI - 14	19 de março de 2018	Produção própria	Divulgação de participação no evento Elas nas exatas	sim	Fotografia	7 "curti"	sim	não
PMI - 15	19 de março de 2018	Produção própria	Divulgação de participação no evento Elas nas exatas	sim	Fotografia	1 "curti"	sim	não
PMI - 16	20 de março de 2018	Produção própria	Divulgação de participação no evento Elas nas exatas	sim	Fotografia	17 "curti" 1 "amei"	sim	não
PMI - 17	20 de março de 2018	Produção própria	Divulgação de participação no evento Elas nas exatas	sim	Fotografia	6 "curti" 1 "amei"	sim	não

PMI - 18	20 de março de 2018	Produção própria	Apresentação da Profª Joana D'arc Felix de Souza.	sim	Fotografia	11 "curti" 3 "amei"	sim	não
PMI - 19	20 de março de 2018	Produção própria	Divulgação de participação no evento Elas nas exatas	sim	Fotografia	2 "curti" 1 "amei"	sim	não
PMI - 20	25 de março de 2018	Página de Laís Eduarda Tupinambá	Divulgação de participação no evento Diálogos indígenas	sim	Ilustração	4 "curti"	sim	não
PMI - 21	23 de abril de 2018	Página Lamoonier	Compartilhamento de frases machistas ditas por mulheres, para mulheres	não	Ilustração	5 "curti"	sim	não
PMI - 22	24 de abril de 2018	Blog Visibilidade Indígena	Matéria sobre violência sexual contra mulheres indígenas	não	Fotografia com texto	5 "curti" 4 "triste"	sim	sim

Tabela 2: Dados extraídos a partir das publicações na página "Rede GRUMIN de mulheres indígenas" no período de 01 de março a 30 de abril de 2018.

Nº de post	**Data de publicação**	**Fonte**	**Tema**	**Texto c.**	**Formato**	**Reações**	**Sobre mulheres**	**Sobre mulheres indígenas**
RGMI[23] - 1	03 de março de 2018	Página de Mardono Carballo	Divulgação da nova temporada do programa mexicano sobre povos indígenas, La Raiz Doble	Não	Vídeo	3 "curti"	Não	Não
RGMI - 2	04 de março de 2018	Página de Eloy Terena	Fotografia da ativista indígena Sonia Guajajara	Não	Fotografia	33 "curti" 4 "amei"	Sim	Sim
RGMI - 3	07 de março de 2018	Produção própria	Lembrança da gravação"Vida e obra de Eliane Potiguara", criadora e uma das adm da RGMI	Sim	Fotografia	3 "curti" 1 "amei"	Sim	Sim
RGMI - 4	08 de março de 2018	Página de Moina Lima (adm da RGMI)	Comemoração ao Dia Internacional da Mulher	Não	Gif	6 "curti"	Sim	Não
RGMI - 6	08 de março de 2018	Página ECMIA	Divulgação do site ECMIA Enlace Continental de Mujeres Indígenas de las Américas	Não	Link	6 "curti"	Sim	Não
RGMI - 7	07 de março de 2018	Produção própria	Lembrança da gravação"Vida e obra de Eliane Potiguara", criadora e uma das adm da RGMI	Sim	Fotografia	3 "curti" 1 "amei"	Sim	Sim
RGMI -	12 de	Página The Shinning	Uma linha do tempo sobre a	Não	Vídeo	5 "curti"	Não	Não

[23] Abreviatura de "Rede GRUMIN de mulheres indígenas".

8	março de 2018	Earth	via láctea			2 "amei"		
RGMI - 9	12 de março de 2018	Site The Shinning Earth	Ritual de celebração a vida por meio do ritual “Água cristalina”	Não	Link	3 "curti"	Não	Não
RGMI - 10	14 de março de 2018	Página ONU Mulheres	Citação sobre a luta por equidade de gênero	Não	Ilustração	7 "curti"	Sim	Não
RGMI - 11	15 de março de 2018	Página de Eliane Potiguara (adm da RGMI)	Texto sobre o amor	Não	Link	3 "curti"	Não	Não
RGMI - 12	15 de março de 2018	Página Até a vitória, sempre	Matéria sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco	Não	Link	5 "curti"	Não	Não
RGMI - 13	15 de março de 2018	Página Até a vitória, sempre	Divulgação do horário do velório de Marielle Franco	Não	Link	5 "curti"	Não	Não
RGMI - 14	15 de março de 2018	Página evento 8º Fórum Mundial da Água	Divulgação do evento 8º Fórum Mundial da Água	Não	Link	5 "curti"	Não	Não
RGMI - 15	15 de março de 2018	Página evento 8º Fórum Mundial da Água	Divulgação do evento 8º Fórum Mundial da Água	Não	Link	5 "curti"	Não	Não
RGMI - 16	15 de março de 2018	Página de Nildys Nairy Carvalho	Quadro “Mistura de raízes”	Não	Link	7 "curti" 3 "amei" 1 "uau"	Não	Não
RGMI - 17	16 de março de 2018	Página de Tarcila Rivera Zea	Divulgação do histórico momento da criação da Comissão da Condição Social e Jurídica da Mulher	Não	Vídeo	4 "curti"	Sim	Não
RGMI - 18	16 de março de 2018	Página de Eliane Potiguara (adm da RGMI)	Divulgação do livro “Metade cara, metade máscara”, de Eliane Potiguara	Não	Link	9 "curti" 1 "amei"	Não	Não
RGMI - 19	17 de março de 2018	Página ECMIA	Divulgação da Escola de mulheres indígenas “Índia Juliana”, no Paraguai	Não	Link	7 "curti" 2 "amei"	Sim	Sim
RGMI - 20	17 de março de 2018	Página Mídia Ninja	Enaltecimento á luta da vereadora Marielle Franco	Não	Ilustração	9 "curti" 3 "amei"	Não	Não
RGMI - 21	18 de março de 2018	Página Projeto Mulheres Inspiradoras	Divulgação de livros infantis sobre combate ao abuso sexual	Não	fotografia	5 "curti"	Não	Não
RGMI - 22	18 de março de 2018	Página Até a vitória, sempre	Convite á assinatura pela libertação da defensora dos direitos humanos Hanan Badr el-Din	Não	Link	1 "curti" 1 "triste"	Não	Não
RGMI - 23	18 de março de	Blog Observatorio Terceiro Setor	Matéria sobre a vulnerabilidade da mulher	Não	Link	6 "curti" 2 "triste"	Sim	Sim

	2018		negra e indígena acerca da violẽncia sexual			1 "grrr"		
RGMI - 23	20 de março de 2018	Página The Avian Life	Vôo de um grupo de araras	Não	Vídeo	34 "curti" 14 "amei" 1 "uau"	Não	Não
RGMI - 24	21 de março de 2018	Página de Eliane Potiguara (adm da RGMI)	Reflexão sobre o amor entre os povos	Não	Fotografia e texto	4 "curti" 2 "amei"	Não	Não
RGMI - 25	21 de março de 2018	Página ECMIA	Nota de repúdio á criminalização da relatora das naçãoes unidas Victoria Tauli-Corpuz	Não	Link	5 "curti"	Sim	Não
RGMI - 26	25 de março de 2018	Correio Braziliense via Página Projeto Mulheres Inspiradoras	Matéria “Projeto 1Mulheres Inspiradosras’ vira política pública no DF”	Não	Link	8 "curti"	Sim	Não
RGMI - 27	25 de março de 2018	Página Projeto Mulheres Inspiradoras	Empoderamento feminino	Não	Ilustração e texto	6 "curti"	Sim	Não
RGMI - 28	27 de março de 2018	Página Events.colombia.edu	Divulgação de simpósio sobre o combate á violência á mlher indígena	Não	Link	4 "curti"	Sim	Sim
RGMI - 29	02 de abril de 2018	Site Globo.com via Página REJUIND Rede de Juventude Indígena	Matéria sobre a demarcação de terras no Brasil	Não	Link	13 "curti"	Não	Não
RGMI - 30	03 de abril de 2018	Site Globo.com via Página Até a vitória, sempre	Matéria sobre a morte da ativista sul-africana Winnie Mandela	Não	Link	2 "curti" 1 "triste"	Sim	Não
RGMI - 31	03 de abril de 2018	Página Melhor com saúde	Reflexão sobre vida saudável	Não	Ilustração e texto	12 "curti"	Não	Não
RGMI - 32	05 de abril de 2018	Site Masoportunidades.org	Matéria sobre a liberação de fundos de incentivo a projetos de empoderamento econômico para mulheres	Não	Link	6 "curti"	Sim	Não
RGMI - 33	08 de abril de 2018	Página Ecletic Dream	Garota com efeitos psicodélicos no cabelo	Não	Gif	11 "curti" 2 "amei"	Não	Não
RGMI - 34	08 de abril de 2018	Site Masoportunidades.org	Matéria sobre a liberação de fundos de incentivo a projetos de empoderamento econômico para mulheres	Não	Link	6 "curti"	Sim	Não
RGMI - 35	08 de abril de 2018	Página Tiempo96 play	Matéria sobre o conhecimento ancestral de uma jovem cusquenha no menuseio da lã	Não	Vídeo	27 "curti" 8 "amei" 2 "uau"	Sim	Não
RGMI - 36	09 de abril de 2018	Página ONU Mujeres	Dados sobre a desigualdade de gênero e o sexismo	Não	Ilustração e texto	3 "curti"	Sim	Não
RGMI -	11 de abril	Página de Eliane	Oração pela libertação dos	Sim	Vídeo	2 "curti"	Sim	Não

37	de 2018	Potiguara (adm da RGMI)	povos indígenas			3 "amei"		
RGMI - 38	11 de abril de 2018	Página ONU Mujeres	Dados sobre a dedicação das mulheres ao trabalho doméstico	Não	Ilustração e texto	4 "curti"	Sim	Não
RGMI - 39	13 de abril de 2018	Site Buzzfeed.com via Página Ventre Feminista	Matéria sobre a endometriose	Não	Link	4 "curti"	Sim	Não
RGMI - 40	16 de abril de 2018	Página Sabiduria Interior	Reflexão acerca do autoconhecimento	Não	Fotografia e texto	4 "curti"	Não	Não
RGMI - 41	17 de abril de 2018	Página de Eliane Potiguara (adm da RGMI)	Agradeciemento ao apoio recebido por sua amiga Tajira Kilima	Não	Fotografia e texto	8 "curti" 2 "amei"	Sim	Não
RGMI - 42	19 de abril de 2018	Página de Eliane Potiguara (adm da RGMI)	Oração pela libertação dos povos indígenas, homenagem ao Dia do Índio	Sim	Vídeo	4 "curti" 2 "amei"	Sim	Não
RGMI - 43	22 de abril de 2018	Página de Eliane Potiguara (adm da RGMI)	Texto de Eliane Potiguara sobre o reverenciamento ao Planeta Terra	Não	Ilustração e texto	5 "curti"	Não	Não
RGMI - 44	22 de abril de 2018	Página de Taiguara	Reflexão de Taiguara sobre a Terra	Sim	Ilustração e texto	5 "curti"	Não	Não
RGMI - 45	22 de abril de 2018	Página Ventre Feminista	Atrizes declamam poemas de do livro “Outros jeitos de usara a boca”, de Rupi Kaur	Não	Vídeo	11 "curti" 3 "amei"	Sim	Não
RGMI - 46	23 de abril de 2018	Página As Minas Cantam	Depoimento de Moina Lima sobre sua carreira e sua relação com a música	Não	Vídeo	3 "curti" 1 "amei"	Sim	Não
RGMI - 47	23 de abril de 2018	Página de Waquiria Lima Costa	Poema de Eliane Potiguara sobre esperança	Sim	Fotografia e texto	3 "curti" 1 "amei"	Não	Não
RGMI - 48	23 de abril de 2018	Página de Célia Xakriabá Mīndã Nynthê	Transmissão ao vivo sobre reinvidicações pelos direitos das mulheres indígenas	Não	Vídeo	5 "curti"	Sim	Sim
RGMI - 49	23 de abril de 2018	Página Funai – Fundação Nacional do Índio	Entrevista com a ativista indígena e mestra em geografia, Márcia Kambeba	Não	Vídeo	4 curt 1 "amei"	Sim	Sim
RGMI - 50	23 de abril de 2018	Página de Célia Xakriabá Mīndã Nynthê	Transmissão ao vivo de um ritual de dança indígena	Não	Vídeo	5 "curti"	Não	Não
RGMI - 51	23 de abril de 2018	Página Entre Mulheres y Mujeres	Chamamento para a importância do empoderamento emocional	Não	Ilustração e texto	5 "curti" 2 "amei"	Sim	Não
RGMI - 52	24 de abril de 2018	Página As Minas Cantam	Depoimento de Moina Lima sobre sua carreira e sua relação com a música	Não	Vídeo	4 "curti" 1 "amei"	Sim	Não
RGMI - 53	25 de abril de 2018	ONU Mujeres Guatemala	Lançamento do Guia Estratégico para a Participação Política de Mulheres na Guatemala	Não	Vídeo	4 "curti" 1 "amei"	Sim	Não
RGMI -	25 de abril	Página APIB –	Divulgação das mulheres no	Não	Fotografia	1 "curti"	Sim	Sim

54	de 2018	Associação de Povos indígenas do Brasil	acampamento Terra Livre					
RGMI - 55	25 de abril de 2018	Página de Sonia Guajajara via Página de Benissom Machado	Divulgação do mês de luta e resistência Abril Indígena	Não	Fotografia	7 "curti" 3 "amei"	Não	Não
RGMI - 56	26 de abril de 2018	Página Projeto Mulheres Inspiradoras	Divulgação das incrições de escolas e profs. da etapa 2018 do Programa Mulheres Inspiradoras	Não	Ilustração e texto	3 "curti"	Não	Não
RGMI - 57	26 de abril de 2018	Página Projeto Mulheres Inspiradoras	Divulgação das incrições de escolas e profs. da etapa 2018 do Programa Mulheres Inspiradoras	Não	Ilustração e texto	3 "curti"	Não	Não
RGMI - 58	26 de abril de 2018	Página Profissão: Arte	Divulgação do banco de dados audiovisuais CineastA, onde mulheres são responsáveis pela produção e direção	Não	Ilustração e texto	5 "curti"	Sim	Não
RGMI - 59	27 de abril de 2018	Página de Tarcila Rivera Zea	Divulgação da participação no Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas	Não	Ilustração e texto	7 "curti"	Sim	Não
RGMI - 60	30 de abril de 2018	Página de Eliane Potiguara (adm da RGMI)	Divulgação da segunda edição do livro “Metade cara, metade máscara”, de Eliane Potiguara	Não	Link	4 "curti" 1 "amei"	Não	Não

2.4 Interpretações da Tabela 1 Página “Pelas mulheres indígenas”

Uma vez compreendidas as categorias que funcionam como elementos norteadores de criação tas Tabelas 1 e 2 e seus resultados, chega-se a fase final da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), utilizando-se para esta terceira fase, dados percentuais conclusivos atingidos por meio do cruzamento de informações das categorias norteadoras que as tabelas obedeceram.

A página “Pelas mulheres indígenas” produziu 22 posts no período amostral. 41% deste material é de produção própria; 90% conta com recurso de legenda; 100% dos posts são sobre o universo feminino, sendo 50% voltados exclusivamente para as mulheres indígenas. A página não possui um padrão de publicações, podendo passar dias e até semanas sem novos conteúdos. O post com maior impacto em março foi a foto da ativista indígena Maria Pankararu (ver post 10 da Tabela 1), e em abril, a notícia sobre violência sexual contra mulheres indígenas (ver post 22 da Tabela 1).

Primeiramente considera-se os períodos de hiatos pelos quais a página passa, em contraste com muitas publicações em um só dia, em outros períodos. Esta inconstância deixa o leitor sem saber o que esperar, pois em um dia há publicações, mas não se sabe se a próxima será feita no dia seguinte, em alguns dias ou semanas. Também percebeu-se que a página prioriza pautas de gênero, uma vez que todos os posts são voltados para o universo feminino.

Contudo, vale ressaltar que sendo uma página voltada para mulheres indígenas, as pautas étnicas contemplam o público específico – mulheres indígenas – em somente metade das publicações, e nas outras há a possibilidade de que mulheres indígenas se sintam representadas pelos temas abordados, por serem de interesse feminino, ou não, por não abordarem temas característicos do movimento indígena.

O fato de 90% das publicações contarem com o recurso da texto complementar também é relevante, pois é por meio dela que o leitor pode entender a respeito daquele universo, caso não seja indígena ou mulher, e ainda compreender o que a página como instituição considera a respeito de determinado tema que esta mesma produz ou compartilha de uma outra fonte. Além disso, o texto complementar funciona como elemento norteador para o público, pois em alguns casos, sem ela a apreciação do post se torna um trabalho investigativo e de exaustão.

Ainda, quase metade das publicações feitas pela página são produção própria. Isto viabiliza a compreensão de especificidades da militância e também aproxima o público do movimento e da própria página por meio da quebra de impessoalidade que o conteúdo próprio possibilita, pois ele transmite a personalidade da administradora da página, e consequentemente da página. A página, embora não conte com padrão de publicações bem desenhado, segue uma lógica ao produzir quantidade significativa de seus conteúdos, e os que não produz, tem o cuidado de "legendar", e isto resulta em dinamicidade na comunicação e facilidade de compreensão, mesmo para as não indígenas.

Quando se considera os aspectos citados, compreende-se que as postagens obedecem um padrão de unicidade que se reflete nos posts de maior impacto, que são, um de produção própria e outro compartilhado, ambos sobre o universo feminino e indígena.

2.4.1 Entendendo a lógica de produção por trás da página “Pelas mulheres indígenas”

Mesmo diante da análise anterior, ainda restaram lacunas a serem preenchidas sobre a compreensão do funcionamento da página. Entendeu-se *o que* acontecia naquele ambiente, e após a análise entendemos *como*. Por meio da entrevista concedida por Potyra Tê Tupinambá, uma das administradoras da “Pelas mulheres indígenas”, entenderemos também *porque*.

Sobre a criação da página e seu intuito, ela afirma:

> Essa rede surgiu como um projeto. Eu faço parte de uma instituição chamada Thydêwá que fez o projeto “Pelas mulheres indígenas” financiado pela Secretaria de Políticas para mulheres do Governo Federal. E o projeto previa como metas a formação de agentes mulheres dentro das comunidades por meio de oficinas para estarem trabalhando temas como a violência e outros temas ligados à mulheres dentro de suas comunidades. Uma das propostas desse projeto seria também a criação de uma página e de um blog. A nossa proposta inicial é que seria uma página de estudos, uma comunidade colaborativa de aprendizagem. Então em 2012 foi que nós executamos esse projeto, e são 8 comunidades indígenas do Nordeste entre Bahia, Alagoas e Pernambuco que fazem parte. De lá pra cá, mesmo sem financiamento, essa rede vem se mantendo ativa, hoje a gente tem uma rádia de mulheres também que faz crescer a nossa rede, com programas online. (Potyra Tê Tupinambá, 2018)

A respeito da escolha dos conteúdos publicados, ela assegura não haver um critério e sempre ressalta a liberdade concedida às participantes do projeto de escolherem dar forma a ele do seu modo e a valorização da cultura indígena sempre, inclusive abordando o livro-cartilha[24] do projeto, com textos produzidos pelas participantes.

Quando questionada a respeito dos compartilhamentos de outras páginas e sites, afirma que há uma preferência na produção de conteúdos próprios justamente pela divulgação das ações do projeto, mas que não há qualquer restrição no compartilhamento de outras fontes. Uma outra questão relevante são os hiatos nas publicações, sobre os quais pontua: “não há uma regra ‘vou ter que publicar um por semana’, depende da vontade delas, do interesse e da necessidade […] não tem um administrador, um gestor que cobre isso e nem que cuide para que nunca fiquem espaços de tempo sem postagens, pois é tudo feito de forma espontânea”. E ainda destaca que:

[24] Disponível para download em: http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2015/03/pelas-mulheres-indigenas-web.pdf

> […] mesmo sem o financiamento, a gente consegue deixar a página em dia. Em dia não, por que as vezes tem uma defasagem, mas a gente fica muito feliz de ter uma página que possa nos dar voz, por que as mulheres indígenas são muito invisíveis. As mulheres são invisibilizadas, e as indígenas, mais ainda. O patriarcado está presente dentro de muitas comunidades, o machismo está presente também, mas a gente vem aos poucos conversando e tentando romper isso (TUPINAMBÁ, 2018)

Quando questionada sobre possíveis métodos de divulgação da página, para o ganho de inscritos, ela diz: "Não temos divulgação da nossa rede, não trabalhamos muito assim. Dedicamos nossa força a potência interna, dentro das comunidades". E reitera:

> Nosso site é uma ponta do que é a nossa rede. A nossa rede se dá no dia a dia com essas mulheres, lidando com elas como companheiras. Temos outros projetos desenvolvidos dentro desta rede, de empoderamento e sororidade. Então o portal é uma parte de uma rede que é criada nas comunidades e para elas, que é onde a gente realmente vê resultados e vemos muita coisa acontecendo, mas que muitas vezes não vão para o blog e para o site. Ficam só no interior das comunidades (TUPINAMBÁ, 2018)

Por tratarem-se de comunidades indígenas afastadas dos centros urbanos, considerou-se a falta de postagens regulares ser devido a dificuldade de acessibilidade, que Potyra afirma que exista de certa forma, pois cada comunidade em que o projeto atua tem "pontos de cultura" onde as atividades são desenvolvidas e estes espaços contam com conexão via satélite, no entanto sobre este acesso: "[…] é bem lento, mas tem. Então eu não posso dizer que existe uma facilidade de conexão, pois só funciona se formos até esses pontos de cultura mas existe também uma dificuldade em ter equipamentos, como *tablets*".

Ela afirma que em cada comunidade, uma ou duas pessoas possuíam login e senha da página para que possam dar suas contribuições, e algumas o fazem constantemente, outras nem tanto. Também fala sobre haver na equipe pessoas com formação jornalística, porém que se destinam a outras funções.

2.5 Interpretações da Tabela 2 "Rede GRUMIN de mulheres indígenas"

A página "Rede GRUMIN de mulheres indígenas" produziu 60 posts no período amostral. 3% deste material é de produção própria; 10% conta com recurso de legenda; 43% dos posts são sobre o universo feminino, sendo 13% voltados exclusivamente para as mulheres indígenas. A página possui um padrão de publicações que é de 1 post a cada dois

dias, eventualmente variando para 2 posts ou mais. O post com maior impacto em março foi o video sobre o vôo das araras (ver post 23 da Tabela 2), e em abril, o vídeo sobre a jovem de Cuzco mostrando seu conhecimento ancestral sobre o manuseio da lã (ver post 23 da Tabela 2).

Em primeira instância destaca-se que a frequência de postagens já consolidada permite ao leitor o acompanhamento da página sem grandes surpresas e dúvidas, ou ainda aguardar futuras publicações. Em relação a hierarquização de postagens, é relevante destacar que menos da metade das publicações, que são frequentes, são voltadas para mulheres. Porém, este quadro agrava-se quando se soma o fato de que a maior página voltada para mulheres indígenas do Brasil, publica apenas 13% - 8 posts de uma amostra de 60 - para mulheres indígenas, especificamente.

A falta de textos complementares é um fator de dificuldade á navegação, pois algumas publicações (ver posts 1, 8, 35, 38, 51, 53, 59 da Tabela 2) são compartilhamentos de fontes estrangeiras – isto pode ser percebido por meio dos sites/páginas de origem dos posts citados, que exigem do leitor um conhecimento de outros idiomas para entender do que a postagem trata. E mesmo nos conteúdos falados em português, eventualmente é necessário acessar o *link* ou reproduzir o video para poder entender o que o material aborda, e só então decidir se interessa-se ou não por ele, pois não há pistas sobre o tema.

A ausência de texto ocasiona confusão, especialmente por tratar-se de uma página que aborda temas inerentes á causa indígena, que tanto se desconhece, como no caso dos posts 48 e 50, onde não há nenhum meio de explicação sobre a palestrante com a palavra, o evento em que ela está ou sobre o que é sua fala, bem como não entende-se sobre a dança do post 50, que comunidade a está executando, onde ela está acontecendo, ou ainda o que representa para a cultura indígena. Não ter noção de dados como estes pode causar frustração no leitor, que ainda que se disponha a investigar determinados materiais, nem sempre chegará a um resultado satisfatório.

Outro dado que chama atenção é a respeito dos compartilhamentos, que abrangem quase a totalidade de publicações da página no período analisado. O fato de haver tantos compartilhamentos, especialmente quando a página não se posiciona por meio de texto complementars sobre as questões abordadas nas publicações que compartilha, afasta o leitor do que poderia lhe informar ou ainda causar identificação, pois a página acaba se

configurando como replicadora de conteúdo e não produtora do mesmo, o que poderia não apenas conquistar novos seguidores, como lhe conferir personalidade.

A página, ainda que conte com muitos conteúdos relevantes para os direitos humanos e das mulheres, não segue uma linha concisa na hierarquização de postagens ou na problematização das pautas étnicas e de gênero. Ainda, não se posiciona sobre os temas abordados e isto resulta em uma comunicação truncada ou que dependa da dedução em imaginar que uma vez que se compartilha um conteúdo, se está de acordo com ele. Além do mais, ocasiona eventuais dificuldades de compreensão, especialmente para não indígenas. Todos estes aspectos também recaem sobre as publicações mais curtidas, que não possuem unicidade: uma revoada de araras, e uma jovem artesã estrangeira e não indígena.

2.5.1 Entendendo a lógica de produção por trás página "Rede GRUMIN de Mulheres Indígenas"

Após a realização desta análise e diante da interpretação feita em tópico anterior, percebeu-se a necessidade de compreender a causa de algumas questões que impedem, de acordo com a análise, que haja uma melhor apropriação dos recursos que a plataforma oferece. Em entrevista concedida para este projeto, Moína Lima, uma das administradoras da página, afirma que ela tem quase 6 anos e foi criada com o intuito de aproximar as questões indígenas das redes sociais. O critério dela e de Eliane Potiguara, ativista pelos direitos da mulher indígena e co administradora da página é que as postagens estejam relacionadas aos direitos da mulher. Elas não hierarquizam funções no gerenciamento da página. Ambas exercem múltiplas funções e podem utilizar os critérios que melhor preferir, neste contexto de direitos da mulher, para escolher que postagens são mais passíveis de compartilhamento. Entende-se por meio isso a razão pela qual os posts abordando o universo feminino atingem quase metade das publicações da página no período amostral, enquanto as que abordam somente mulheres indígenas, somam apenas 13%.

Textos complementares, como já mencionado, podem fazer muita diferença entre uma postagem confusa ou elucidativa a respeito da temática abordada. Diante do questionamento a respeito da falta de textos complementares nas postagens, Moína afirma:

> Depende da técnica de cada um. Se a postagem não vier compartilhada de outras páginas, eu por exemplo coloco se for notícias. Agora quando é compartilhado de outras páginas, eu mantenho a originalidade da postagem, apenas fazendo o compartilhamento. Quanto a Eliane, acho que ela não tem regras. (Moína LIMA, 2018)

Em outro momento, tratando da grande quantidade de compartilhamentos feitos pela página, ela esclarece: “Falta de tempo”. Diante da citação acima e desta afirmação, entendemos que devido a falta de tempo, é preferível o compartilhamento do que a produção de conteúdos, que demandam uma maior dedicação de tempo para sua realização. Ainda, ela não vê a falta de textos complementares como uma forma de não posicionamento da página, mas sim uma forma de manter a originalidade da postagem.

A respeito dos 2.700 seguidores – aproximadamente – que a página possui no momento, ela considera ser um número pouco expressivo se comparado à quantidade de mulheres indígenas com acesso á internet. E sobre a divulgação da página com o intuito de aumentar o número de seguidores, ela diz ser por meio do convite a amigos e que raramente utilizam o recurso de impulsionamento, porém quando é necessária uma divulgação mais ostensiva de algo, utiliza-se os anúncios pagos oferecidos pela plataforma.

2.6 Algumas considerações acerca das páginas e dos resultados obtidos por meio da interpretação das Paginas “Pelas mulheres indígenas” e “Rede GRUMIN de mulheres indígenas”

As considerações feitas neste tópico tratam dos 82 posts selecionados dentro do tempo estabelecido, a fim de embasar esta análise temática. Vale ressaltar que a decisão de não comparar as duas páginas foi premeditada, por considerar o simbolismo do simples fato de existirem e representarem com isto a militância da mulher indígena, também, pela análise comparativa não influenciar no alcance do objetivo desta pesquisa. A respeito do grande número de compartilhamentos de notícias em ambas as páginas (59% na “Pelas mulheres indígenas” e 97% na “Rede GRUMIN de mulheres indígenas”), entende-se que embora este aspecto colabore para a fuga do tema central “mulheres indígenas” em alguns casos, a abrangência dos temas abordados possibilita o esclarecimento e a orientação do leitor a respeito de toda a rede de temas que permeiam o universo de luta de mulher, que não se resume somente às indígenas, ou ao Brasil, e está presente em toda a sociedade, onde quer que se esteja.

Além disto, notou-se que os registros de produção própria e nos que contam com texto complementar, ambas as páginas utilizam linguagem clara e de fácil compreensão,

especialmente as que tratam de questões voltados apenas para o universo indígena, como nos posts 2, 3 e 4 da página “Pelas mulheres indígenas” (ver Tabela 1), e nos posts 3, 7 e 37 da página “Rede GRUMIN de mulheres indígenas” (ver Tabela 2). Considera-se também a militância realizada no ciberespaço, que hoje se configura como uma das principais fontes de convocação pública e mobilização social de grupos que partilham dos mesmos interesses. Como antagonistas, aponta-se o machismo, que se desdobra em diversos tipos de violência, e também a invisibilização, já abordada, que não apenas deslegitima o lugar da mulher indígena como ser social, mas o apaga completamente.

Anteriormente foi dito sobre a escolha deliberada do período de captação (01 de março a 30 de abril de 2018), por abranger o Dia Internacional da Mulher e Dia do Índio (08 de março e 19 de abril, respectivamente). Havia interesse em saber se as páginas se manifestariam de algum modo sobre estes momentos políticos. Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, ambas as páginas fizeram posts (ver post 1 da Tabela 1, e post 6 da Tabela 2). Também foram percebidos que alguns temas específicos são caros às duas páginas, como o caso Marielle Franco, vereadora assassinada em 14 de março de 2018 que gerou comoção nacional devido às circunstâncias misteriosas de sua morte. Ambas as páginas compartilharam publicações que falam da perpetuação da luta de Marielle utilizando a hashtag #MariellePresente (ver post 8 da Tabela 1, e posts 12, 13 e 20 da Tabela 2).

Seguindo a cronologia de datas relevantes, chegamos a 19 de Abril, dia que homenageia os povos indígenas do Brasil. Apenas a página “Rede GRUMIN de mulheres indígenas” fez publicação a respeito (ver post 42 da Tabela 2), um video retratando nações indígenas e um poema narrado e contextualizado por texto complementar, de autoria de Eliane Potiguara, ativista pelos direitos das mulheres indígenas e uma das administradoras da página. O poema “Oração pela libertação dos povos indígenas” fala de valorização da cultura, de amor pela natureza, de resiliência quando há tantas violações de direitos, de união, espiritualidade e fé na mudança e na luta. A página “Pelas mulheres indígenas” neste período estava em um hiato de publicações que durou 33 dias (ver coluna 2 “Data de publicação” da Tabela 1) e não se manifestou.

Constatou-se ainda, um dado considerado bastante importante. Como dito anteriormente, esta pesquisa pretendia, desde o começo utilizar das formas mais simples para obter resultados sem que isto interferisse direta ou indiretamente em sua excelência.

Deste modo, as páginas definidas como parte do *corpus* foram encontradas de modo igualmente simples, por meio da ferramenta de busca da própria plataforma.

As palavras-chave utilizadas para tal foram “mulheres indígenas” e esta escolha se deu justamente por tratar-se da mais óbvia, bem como a que teria a maior probabilidade de gerar um maior número de resultados. Houve um certo estranhamento, pois, dos resultados de páginas encontrados, apenas os nove primeiros tratam especificamente de mulheres indígenas, e destes nove, as duas páginas com maior relevância e número de seguidores foram as escolhidas. Uma página com aproximadamente 3 mil seguidores é uma conquista a ser comemorada. Todavia ainda é um número pequeno perto da quantidade de indígenas brasileiros, e apoiadores das lutas do movimento.

Esta pesquisa não deseja desdobrar-se em comparações extensas, mas, quando consideramos resistência de mulheres, minorias, o pensamento é voltado para o Movimento de Mulheres Negras, automaticamente, por tratar-se de uma luta com pautas mais consolidadas, com membros que historicamente vêm se apropriando de meios de se fazer ouvir. O Movimento de Mulheres Indígenas conta com isto, mas em menor número. Isto pode ser percebido por diversos aspectos, como por exemplo, quando trata-se de racismo, pensa-se automaticamente nos povos de matriz africana, e pouco considera-se os povos indígenas, que também sofrem com isto. Movimentos negros conseguiram criminalizar o racismo sob possibilidade de cárcere. Entende-se que é errado “fantasiar-se” de negro, independente da ocasião, porém ainda é visto muitas pessoas, especialmente brancas, “fantasiadas” de índias em diversos eventos.

3. Considerações finais

Sabe-se que há alguns anos as redes sociais adquiriram um poder que vai para além do entretenimento e compartilhamento de informações pessoais. Hoje, deparamo-nos com uma efervescência da sua utilização para fins de mobilização, militância e transformações sociais sobre os mais variados nichos. Da maneira que os acontecimentos históricos se desenharam, redes sociais contribuíram para que pessoas engajadas sobre questões em comum pudessem dispor de novas possibilidades e ferramentas de participação que lhes deu, com maior ou menor impacto social, a chance de não apenas expor idéias e demandas, como participar efetivamente de intervenções que se desdobram diretamente em suas vidas.

Esta pesquisa foi pensada e executada em cada etapa com grandes expectativas acerca dos interesses de mulheres indígenas no Facebook e de que maneira estas utilizavam a rede para os expor. Era esperado um esclarecimento a este respeito, especialmente das pautas voltadas para mulheres indígenas especificamente, pois estas fundamentam o projeto.

O Movimento de Mulheres Indígenas, bem como suas características e modo de militância desperta interesse em estudiosos de gênero, por ser pouco disseminado, se comparado a outros movimentos de resistência, como já abordado em capítulo anterior. Esta análise se encerra em um contexto onde nada marcante em prol da causa indígena feminina ocorre no Brasil, embora exista uma luta diária para que esta realidade mude. Páginas que fomentem e disseminem estas demandas seguirão sendo criadas, e a tendência é que cresçam e despertem o interesse também de não indígenas. Algumas destas iniciativas se mostrarão eficazes, dentro de suas limitações, como é o caso das páginas escolhidas nesta análise.

As páginas em questão travam discussões diversas (ver Tabelas 1 e 2) acerca pautas de gênero, porém muitas publicações não abrangem a singularidade da luta da mulher indígena, o que é curioso, justamente por se tratarem de duas (as maiores do país) páginas voltadas para este público. No entanto entregam um significativo contingente de conteúdos sobre direitos humanos e direitos da mulher. É válido ressaltar que ambas as páginas atuam mais como replicadoras de conteúdo do que como produtoras, ainda que haja uma grande diferença entre os percentuais de compartilhamento nestas – “Pelas mulheres indígenas” 59% de conteúdos compartilhados e “Rede GRUMIN de mulheres indígenas”, 97% dos conteúdos compartilhados.

Há infinitos temas que não foram abordados por ambas as páginas no período analisado e não se pretende entrar neste mérito, pois afinal talvez os mesmos tenham sido abordados fora do período amostral. No entanto percebe-se uma urgência em investimento na acessibilidade para a apropriação de tecnologias de comunicação que permita que estas mulheres possam estar bem informadas e cientes dos seus direitos, e que páginas como as analisadas sejam referência e tenham maior impacto no leitor, mulher ou não, indígena ou não, que porventura a visite. Ainda, que estes locais possam se tornar grandes centros de difusão de informações, de empoderamento à mulher indígena em diversas instâncias, com conteúdos voltados estritamente para seu universo e a singularidade dele.

As páginas em questão promovem engajamento e divulgação de atividades realizadas tanto dos projetos, quanto de iniciativas diversas ao redor do mundo que englobam a luta de todas as mulheres na luta pelo direito à vida, à equidade socioeconômica e à garantia de direitos humanos, respeitando necessidades inerentes a cada etnia. Para isto utilizaram, em grande maioria, compartilhamento de informações relevantes ao Movimento de Mulheres e ao Movimento de Mulheres Indígenas.

Ainda que em menor número que outros movimentos de resistência, o trabalho realizado em páginas como estas é de fundamental importância para que mulheres indígenas saibam que estão amparadas umas pelas outras, também por evidenciar um senso de urgência nas questões pertinentes a representatividade, muito emblemática neste caso. Acreditamos que para estas páginas, as maiores do país, números de seguidores ou de reações não são tão relevantes quanto a simbologia de ocupar este espaço, e de fazer valer seu lugar de fala dentro dele. Esta pesquisa trata sobre pautas relevantes para este grupo, dentro do Facebook, mas não considera que a rede social contribuiu para o empoderamento destas mulheres. Ao contrário, presumimos que sua militância nada deve à quaisquer plataformas utilizadas, ainda que se reconheça que estas serviram como canal de propagação de um ideal maior.

Ainda, compreendemos que quando se trata de grupos considerados minoritários, povos indígenas estão em último lugar, e a situação se agrava quando pensamos na situação das mulheres, que por gerações se calaram, e agora também empenham-se no combate à invisibilização, desdobram-se no esforço pela apropriação de novas tecnologias que lhes permita o protagonismo de suas histórias.

Em meio à conclusão do curso de comunicação, ao observar as lógicas de produção de cada página e considerar as categorias temáticas que permitiram a construção das Tabelas 1 e 2, conclui-se que embora haja muito simbolismo e boa vontade na iniciativa das administradoras em criar e gerenciar as páginas, um profissional de comunicação faz grande diferença.

Por meio dos conhecimentos teóricos e da *expertise* em mídias sociais, poderia se explorar à exaustão todas as possibilidades e ferramentas que o Facebook oferece. Eis alguns exemplos: ser produzido um plano de comunicação com estratégias de impulsionamento para divulgação das páginas; a implementação de uma frequência de publicações padrão, considerando quantidade de postagens e intervalo de tempo entre cada uma; o alinhamento acerca da hierarquização de conteúdos de gênero e étnicos; o aumento da produção própria em formatos diversos, que conferiria personalidade e exclusividade às páginas, bem como a produção de texto complementares no material compartilhado e produzido, para a promoção da cultura indígena e suas características de militância. Deste modo, poderia-se transformar o que já é relevante, em uma referência.

Como dito, enquanto mulher de ascendência indígena, crescida fora de comunidade indígena e portanto não considerada uma, tenho interesse pessoal em pesquisar sobre temas relevantes à causa. A cada artigo que leio, evento que vou, militante que entrevisto ou identificação que tenho com o contentamento ou a revolta destas mulheres, noto o quanto é importante que determinados traços históricos e culturais sejam tão preservados quanto puderem ao passo do surgimento de novos interesses, e o quanto se desconhece a respeito.

Ao contrário do que um dia imaginei antes de aprofundar estudos, povos indígenas não são fechados, não se recusam a compartilhar ensinamentos, muito menos estão alheios ao que lhes acontece no entorno. Este é um preconceito que eu tinha, e que sei que muitos têm, porém hoje sinto-me honrada em ser multiplicadora dos conhecimentos adquiridos e reforçados por meio deste projeto ao passo que entristeço-me em ter reproduzido por tanto tempo estereótipos que aprendi como verdade sobre estes povos, pois tudo que aprendi foi, assim como muitos, por meio de livros provenientes da versão do colonizador, que esvaziou de significados a força do povo indígena, e apagou sua contribuição para a construção da história deste páis.

Creio que a militância da mulher indígena nada deve ao Facebook ou qualquer rede social, que em diversas situações pode ser tão massacrante quanto a realidade social em que estas mulheres estão submetidas desde a colonização. Todavia seria equivocado não reconhecer o papel das redes sociais em potencializar o engajamento, aumentar repercussões e permitir o compartilhamento de informações altamente pertinentes, e que são de grande importância na manutenção do levantamento de todas as bandeiras pelos direitos de igualdade de gênero, de respeito às diferenças, e de questões características à cada luta.

A principal conclusão a que se chega ao fim desta análise, é que se está dando modestos porém significativos passos em direção a total apropriação do mundo digital no que diz respeito às questões fundamentalmente indígenas voltadas para mulheres, e que é por meio destes que a relevância dada ao movimento de mulheres indígenas pelos não indígenas mudará e se tomará de conhecimento e interesse de debate por toda a sociedade.

Embora esta análise, por razões pessoais e acadêmicas, tenha sido realizada com esmero e tenha atingido seu objetivo, ela trata de um pequeno recorte da realidade em um tempo curto pré-determinado, de um campo altamente vasto e repleto de simbologias e desdobramentos. Não deslegitimando nenhum de seus processos, acredito que este projeto é apenas um passo em meio a muitos, e desde já ressalto a importância da realização de outras pesquisas em perspectiva diacrônica e analítica a fim de verificar o surgimento de novas demandas ou a permanência das aqui explicitadas. Sendo assim, o que ofereço aqui é uma contribuição para esta empreitada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

CASTELLS. Manuel. **Internet e sociedade em rede.** In: MORAES, Denis de (Org.). Por outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003

CASTILHO, Ela Wiecko. [et al] **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**/Ela Wiecko V. de Castilho- Brasília: Inesc, 2008.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Cadernos do CEAS. n. 210–Marco/Abril 2004. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/atlanticonegro/afroamericanos/angeladavis/10243-as-mulheres-negras-na-construcao-de-umanova-utopiaangela-davis>. Acesso em: 26 jun. 2018

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981]

DOMINGUES, Petronio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v.12, n. 23, 2007.

DURÁN, Jorge Luis Castillo. ; RAMIRO, Eva Miroslava Rosas. **El uso De medios alternativos en la conformación y acceso de redes sociales**. Caso Facebook – en Puebla, Mexico. Diálogos de La Comunicación, janeiro – julho 2013. Disponível em: < http://www.dialogosfelafacs.net/wpcontent/uploads/2013/01/86_Revista_Dialogos_El_uso_de_medios_alternativos_en_la_ conformacion_y_acceso_a_redes_sociales.pdf > Acesso em: 06 mai. 2018.

FONSECA, Lucas Milhomens. **Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta** (2012). (Org.). Cultura, Política e Ativismo nas redes digitais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

FONSECA, Wilson Correa Junior. **Análise de conteúdo**. Duarte e Barros (org.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2008.

GABRIEL, Marta. **Marketing na era digital conceitos, plataformas e estratégias**. São Paulo: Novatec, 2010

GODOY, Arilda Schmidt. (1995b). **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas**, 35(4), 65-71.

GÓES, Laércio Torres de. **Contra-hegemonia e internet: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais na web.** Trabalho apresentado ao GT Jornalismo, do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, 2011
.

LEMOS, André. **Ciber-Cultura-Remix**. In: Seminário de " entidos e processos", 2005. São Paulo. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf. Acesso em 16 de agosto de 2016.

LÉVY, Pierre. **Cyberculture. Rapport au Conseil de l'Europe**. Paris: Odile Jacob, 1997, p. 129-149. apud MORAES, Dênis. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. Revista Brasileira de Ciência da Computação.

MORAES, Dênis de. **A lógica da mídia no sistema de poder mundial**. Eptic, Vol. 6, nº 2, pp. 16- 36, 2004.

OLIVEIRA, Dennis. **Mídia, cultura e mecanismos de opressão étnica e tolerância opressiva**. In: PRUNDENTE, Celso Luiz (org.). Cinema Negro – Algumas contribuições reflexivas para acompreensão da questão do afro-descendente na dinâmica sócio-cultural da imagem. Editora Fiúza. São Paulo: 2009

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Comunicação, 2000, p. 143.

ORTIGUES, Edmond. **Interpretação.** IN: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, v. II, pp.21 8-23 3.

RECUERO, Raquel**. Redes sociais na internet**. 2º ed, Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, Cristiane Rocha., GOBBI, Beatris Christo., & SIMÃO, Ana Adalgisa. (2005). **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e aplicação do método.** Organizações Rurais Agroindustriais.

SILVA, Tadeu Tomaz. (org.). **Identidade e Diferença: perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ANEXOS

Anexo 1

Imagem da página "Pelas mulheres indígenas".

Disponível em: <https://www.facebook.com/pelasmulheresindigenas/> Acesso em: 02 jun. 2018.

Anexo 2

Imagem da página "Rede GRUMIN de mulheres indígenas".

Disponível em: < https://www.facebook.com/grumin/> Acesso em: 02 jun. 2018.

Anexo 3

Foto da menina Kim Phuc correndo nua para fugir de um ataque com o agente desfolhante napalm:

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/faceboook-volta-atras-republica-foto-historica-de-menina-de-napalm-20077188> Acesso em: 28 jun. 2018.

Anexo 4

Foto da do casal de índios botocudo, em 1909.

Disponível em: < http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/570 > Acesso em: 28 jun. 2018.

Anexo 5

Print da página "Pelas mulheres indígena" explicando alguns indicadores para a criação das Tabelas 1 e 2.

Disponível em: < http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/570 > Acesso em: 03 jun. 2018.